

# O ensino de japonês no Brasil como língua de imigração

Elza Taeko Doi

Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

etdoi@iel.unicamp.br

**Abstract:** *This work shows the present context of the use and teaching of the Japanese language to the Brazilian Nikkey as well as the historical information of Japanese teaching as an immigrant language in Brasil.*

**Keywords:** *Japanese Immigration; Japanese language teaching; heritage language, Brazilian Nikkey.*

**Resumo:** *Este trabalho pretende focalizar o ensino de japonês, língua da imigração, no Brasil, trazendo informações históricas sobre o ensino da língua aqui desenvolvido, como uma forma de situar e compreender o contexto atual no que diz respeito ao uso da língua e ao seu ensino aos descendentes nikkei.*

**Palavras-chave:** *imigração japonesa; ensino de japonês; língua de herança, nikkei.*

## 1. Contexto sociolingüístico de imigração

Em contextos de imigração, é fato comum o uso da língua do país de origem na comunidade de imigrantes e nos domínios restritos da família. Esse uso com finalidade primordialmente comunicativa envolve, contudo, variação em termos lingüísticos pois o próprio contexto em que se encontram os imigrantes contribui para essa diversidade, que decorre do contato de línguas, tanto interno quanto externo à comunidade.

O contato de línguas no interior da comunidade diz respeito à convivência de falantes de variedades diversas da língua em questão, de que resulta uma língua distinta daquela que é falada no país de origem, uma vez que o contato entre diferentes variedades em um contexto limitado, como ocorre nas comunidades de imigrantes, propicia o surgimento de uma variedade lingüística própria. Por outro lado, o contato com a sociedade majoritária (do país receptor) acarreta mudanças nos hábitos lingüísticos e na própria língua dos imigrantes - casos de interferência, empréstimos e mudanças de códigos passam a ser freqüentes na fala dos imigrantes e seus descendentes. Além disso, à medida que se intensificam os contatos com a sociedade majoritária em função dos estudos e do trabalho dos descendentes, pode ocorrer um distanciamento desses falantes em relação à comunidade e à língua dos ancestrais, enfraquecendo os limites da comunidade imigrante.

Um outro aspecto merecedor de destaque em contextos de imigração diz respeito a situações de bilingüismo dos imigrantes e seus descendentes, em graus diversificados: os imigrantes de primeira geração são considerados falantes da língua materna e da língua do país receptor, tendo esta última uma função apenas instrumental na maioria

dos casos; a segunda geração já seria bilíngüe nas duas línguas; e a terceira geração seria de falantes nativos da língua da sociedade majoritária, com pouca ou nenhuma competência na língua dos ancestrais.

Embora a situação acima descrita de forma resumida seja uma realidade comum nas comunidades de imigrantes, há também casos em que os imigrantes, de forma deliberada ou não, acabam adotando a língua da sociedade majoritária e abandonando o uso da língua do país de origem até mesmo em esferas familiares, como consequência de fatores políticos, sociais, econômicos, étnicos ou outros.

Por outro lado, para algumas culturas a língua constitui ‘core value’ (Hamers & Blanc, 2000) e a sua preservação assume grande importância, o que leva os falantes a buscarem a manutenção da língua por meio de seu ensino. Para algumas culturas a religião (Salawdeh, 1997) é o principal fator para a preservação da etnicidade e da cultura; para outras, é a língua que tem esse papel. Neste último caso, o ensino da língua passa a ser um fator importante para o imigrante em terras estrangeiras.

Entre os grupos que têm na língua seu ‘core value’, a manutenção da língua passa a ocupar um lugar de importância entre os falantes tanto para o uso comunicativo da língua quanto para a preservação da identidade cultural do grupo, observando-se, em consequência, a preocupação com o ensino da língua aos descendentes. Esse ensino pode não trazer resultados esperados, haja vista a tendência de se atestar, entre os descendentes da terceira geração, pouca ou nenhuma proficiência na língua, embora se perceba neles a consciência da língua como um símbolo (Edwards, 1985) da cultura dos ancestrais.

Todo o contexto da imigração propicia interessantes temas para as pesquisas em diferentes áreas de estudo. Neste trabalho, pretendemos focalizar o ensino de japonês no Brasil, trazendo informações históricas sobre o ensino da língua aqui desenvolvido, como uma forma de contextualizar e compreender a situação atual de uso da língua e de seu ensino aos descendentes nikkei.

## **2. Ensino da língua em contextos de imigração**

As línguas de imigração, consideradas línguas de minoria, caracterizam-se por terem um uso restrito, em família e em comunidades do grupo. Além disso, atribui-se a essas línguas um estatuto diferenciado em relação à língua do país de origem, da qual se distanciam temporal e espacialmente, nem sempre acompanhando a sua “evolução”. São, assim, caracterizadas como línguas obsoletas, pela presença de itens lexicais já em desuso na língua do país de origem; “feias”, porque são marcadas por algum dialeto ou pela mistura de dialetos diversos; “estranhas”, porque estão misturadas com a língua da sociedade local; ou recebem outros atributos pelo fato de serem praticadas predominantemente em contextos coloquiais (nem sempre os descendentes têm domínio da língua formal e apropriada para determinadas situações). A língua de imigração é, portanto, uma língua de menor prestígio (Takano, 2002) em comparação com a língua do país de origem.

O ensino das línguas de imigrantes tem suas peculiaridades, diferenciando-se do ensino da língua materna, embora para muitos descendentes a língua dos ancestrais seja considerada como língua materna, por ter sido sua primeira língua. Entretanto, considerando o contexto em que esse ensino se realiza, ou seja, como língua de

comunicação restrita a comunidades de imigrantes e a certos domínios de uso, pode-se dizer que ela se configura como língua de herança (Nakajima, 2004).

Tanto a língua materna (LM) quanto a língua de herança (LH) podem ser tomadas como primeira língua dos falantes que as adquiriram no seio da família. A diferença que se estabelece entre elas está no estatuto que cada uma tem dentro da sociedade. A primeira língua adquirida em família pode ser caracterizada como LM quando é a língua oficial da sociedade majoritária, enquanto a LH se caracteriza pelo uso limitado ao grupo minoritário, conforme Nakajima (2004). A LH apresenta os seguintes traços: é uma língua minoritária, usada em esferas restritas, predominantemente, como língua oral e coloquial. Além disso, os falantes dessa língua, principalmente os descendentes, não apresentam equilíbrio na competência lingüística, e a aprendizagem dessa língua é geralmente imposta pelos pais.

No contexto de uso da LH, circunscrito a comunidades minoritárias, como já foi afirmado, há uma tendência a que a língua de família dos descendentes, em contato com a sociedade majoritária e com a língua aí falada, venha a sofrer algumas interferências da língua majoritária ou mesmo ser abandonada por esses falantes. Ocorre, assim, uma variação no comportamento lingüístico dos descendentes: os da segunda geração são bilíngües; já entre os da terceira geração, existe um decréscimo no número de falantes bilíngües de fato e aumento no número de falantes da língua majoritária como LM. Preocupados em preservar a língua e cultura de seu país, – inclusive como um facilitador na comunicação com os descendentes –, os pais imigrantes procuram impor o ensino da língua do país de origem, principalmente quando a língua é considerada um traço importante da cultura e da etnicidade (Hamers & Blanc, 2000).

### **3. O caso do japonês**

Sabemos que, em sua maioria, os imigrantes japoneses vieram ao Brasil como trabalhadores temporários, com o objetivo de aqui permanecerem até que alcançassem seus objetivos. Nesse sentido, o retorno ao país era tido como certo e a preocupação dos pais em preparar seus filhos para o ingresso deles na sociedade japonesa se reflete na criação de escolas, tão logo se estabeleciam as comunidades de imigrantes (Handa, 1970, 1973; Moriwaki, 1998; Saito, 1973).

Com o intuito de contextualizar o ensino do japonês no Brasil, faremos, preliminarmente, uma breve apresentação da história do ensino da língua com base nos trabalhos de Moriwaki (1998), Handa (1973), Ando (1966) e em publicação da Federação das Escolas de Ensino de Japonês no Brasil (1966).

Moriwaki (1998), ao tratar das mudanças verificadas na filosofia do ensino de japonês no Brasil, divide a história do ensino da língua em três grandes períodos: o período da pré-guerra (de 1908 a 1941), o período pós-guerra (de 1946 a 1979) e o período atual (desde 1980) <sup>1</sup>.

#### **3.1 Período da pré-guerra**

O ensino de japonês no primeiro período se caracteriza pela preocupação dos imigrantes japoneses com uma determinada orientação na educação de seus filhos. Prevendo retornar ao seu país, os imigrantes tinham como preocupação preparar seus filhos para a inserção na sociedade japonesa quando ocorresse esse retorno e formá-los como japoneses através do ensino da língua.

Adquirida a “independência” após trabalharem sob contrato nas fazendas cafeeiras do Estado de São Paulo, os imigrantes passam a ser pequenos proprietários das terras onde cultivam suas produções, formando comunidades de nikkeis, denominadas *shokumin-ti*, ‘colônias de imigrantes japoneses’. Reunidos em colônias, uma das primeiras providências tomadas era a fundação de uma Associação da Comunidade para, sob a sua administração criar escolas para seus filhos (Moriwaki, 1998, Handa, 1970). Pode-se dizer que as colônias representavam uma comunidade em que os imigrantes podiam se sentir “em casa”, mesmo estando em um país estranho. Nesse contexto, ao lado da preocupação com a formação de seus filhos como japoneses, visando o retorno ao Japão, havia também a preocupação de que eles não se misturassem com (e se tornassem como) os brasileiros ‘caboclos’. Era importante preservar a identidade étnica como japonês, motivo de orgulho decorrente da supremacia bélica do Japão (nas guerras sino-japonesa – 1894-1895, e russo-japonesa – 1904-1905), nesse período. Observe-se que essa educação que visava à “formação do japonês” através do ensino do espírito japonês seguia integralmente o “Decreto Imperial sobre Educação”.

Além do papel que exercia para preservar o espírito japonês e formar japoneses, o japonês era a língua da comunidade e língua materna para todos os membros da colônia. Sua aprendizagem envolvia essencialmente as práticas de letramento tanto como um preparo para o retorno ao Japão, quanto para seu uso efetivo na própria comunidade, já que ela era formada por imigrantes cujas práticas sociais se realizavam em japonês. O ensino da língua se pautava na leitura e na escrita do japonês, utilizando materiais didáticos usados nas escolas do Japão.

Esse contexto acaba, por outro lado, estimulando uma forte atitude dos imigrantes na preservação de sua língua e cultura, atitude favorecida pelas condições em que esses imigrantes se encontravam: vivendo em comunidade minoritária em contato com a comunidade de trabalhadores rurais com pouca escolaridade. Os japoneses se sentiam “superiores” principalmente por sua condição de “súditos do imperador japonês” e por pertencerem a um povo que experimentara vitórias em guerras com os países vizinhos (Moriwaki, 1998). Essa forte identificação étnica faz com que os imigrantes se sintam “superiores” aos brasileiros “caboclos”, mesmo que, na condição de trabalhadores temporários, realizem os mesmos trabalhos desses brasileiros. Também se poderia interpretar esse apego aos valores culturais de seu país como uma forma de compensar a condição de imigrante no Brasil.

### **3.2. Período pós-guerra**

A alteração nos planos dos imigrantes em decorrência da Segunda Guerra Mundial, com sua decisão de radicar-se permanentemente no Brasil, influi decisivamente na educação de seus filhos e na filosofia norteadora do ensino de japonês. Diferentemente dos objetivos no período da pré-guerra, quando o japonês constituía um meio para ensinar o “espírito japonês” aos filhos e formá-los japoneses, prevendo o retorno ao Japão, no período seguinte, o ensino da língua passa a ter como objetivo a formação de bons nipo-brasileiros (Ando, 1966; Moriwaki, 1998 ), definidos como filhos de japoneses que viriam a contribuir para o desenvolvimento do Brasil<sup>2</sup>.

Percebe-se, assim, um deslocamento nos objetivos do ensino da língua: visto no período anterior como um meio para formar japoneses, passa a ter a função de preservar a língua para a comunicação em família e de transmitir a cultura e os valores japoneses,

vistos como fator importante para formar bons nipo-brasileiros. A presença da palavra “nipo” nessa designação revela, entretanto, que, nos pais e nos professores, ainda persistem, explícitos ou não, os ideais de transmissão do “espírito” japonês aos nisseis. A diferença que se verifica em relação ao período da pré-guerra está no fato de que, no período seguinte, a influência dos pais e professores quanto ao ensino da língua acaba, muitas vezes, sendo enfraquecida porque os filhos, receptores desse ensino, vivenciam em maior grau o contato com a sociedade brasileira majoritária. Além disso, ocorre também que os filhos nisseis se distanciam mais das comunidades japonesas, por estudarem ou trabalharem nas cidades, o que acarreta uma diminuição no uso do japonês. O português passa a ser a língua utilizada nos seus contatos de um modo geral e nas famílias formadas por esses descendentes, e o japonês acaba sendo restringido à comunicação com os pais e as pessoas dessa geração (isseis). Assim, para os filhos sanseis (filhos de nisseis) o português é a língua materna e língua de comunicação entre familiares (Watanabe, 1978). Somente nas famílias em que os avós isseis moram junto persiste ainda o uso de japonês, e mesmo assim com variados graus de empréstimos do português<sup>3</sup>.

Embora esse período possa ser definido como de mudança nas atitudes e nos pensamentos dos imigrantes em relação ao ensino da língua, é também um período em que se constata uma revitalização no uso da língua com as novas imigrações ocorridas entre os anos cinquenta e setenta. Essa revitalização se estendeu ao ensino da língua, na medida em que trouxe uma “renovação” nos professores que, mesmo sem uma formação específica na área, tinham, em termos gerais, uma escolarização maior e uma vivência na sociedade japonesa do pós-guerra, estando, portanto, mais “atualizados” no uso da língua que os professores da pré-guerra. Entretanto, mesmo essa revitalização não conseguiu impedir a gradativa mudança no comportamento lingüístico da comunidade nikkei no Brasil.

Quanto ao período em questão, torna-se difícil apresentar um panorama geral e sucinto do contexto, pela diversidade de posturas e de pensamentos, muitas vezes conflitantes, que existia na comunidade japonesa de então. O que se pretendeu com esta breve exposição foi mostrar a preocupação e a postura dos pais e dos professores em relação ao ensino de japonês no Brasil, após a decisão de permanecerem definitivamente no país.

Pode-se dizer que o ensino da língua no período pós-guerra era também fortemente pautado no ensino da leitura e da escrita do japonês. Contudo, considerando-se o estatuto do japonês como LH - língua minoritária e de pouco prestígio na sociedade – houve, por parte dos descendentes, um crescente desinteresse pela aprendizagem da língua. Esse distanciamento é, normalmente, atribuído à falta de uso da língua, mesmo em domínios de família e ao fato de que o ensino da língua não atende às expectativas e às condições dos aprendizes (Anais do 1º. Simpósio, 1978). Trata-se de uma questão complexa, que exige uma maior reflexão, mas é oportuno lembrar que esses fatores serviram de base para a proposta de mudança no ensino do japonês, apresentada no 1º. Simpósio de Ensino de Japonês, realizado em São Paulo, em 1978.

### **3.3. Período atual**

A intensificação no contato com a sociedade majoritária, verificada principalmente entre os filhos e netos dos imigrantes, pode ser uma das razões para a diminuição do uso da língua no interior da comunidade e, conseqüentemente, da

proficiência no japonês por parte dos descendentes. Por outro lado, a situação sócio-econômica a partir dos anos 70, que propiciou o desenvolvimento tecnológico do Japão, parece ter despertado o interesse dos brasileiros não-nikkeis pela língua, o que levou os envolvidos no ensino da língua (dirigentes da comunidade e dos Centros de ensino de japonês) a se conscientizarem da necessidade de mudanças nos objetivos desse ensino. Assim, são propostas novas orientações para a formação de professores e novas metodologias de ensino, que considerem o japonês como LE (Anais dos Simpósios sobre o Ensino de Japonês; 1978, 1981, 1989 e 1995).

Verifica-se uma mudança na atitude dos pais em relação ao ensino do japonês. Os objetivos de caráter identitário e/ou etnolingüístico, em que se visavam o ensino da língua aos filhos para a comunicação entre familiares e transmissão da cultura por serem descendentes de japoneses, no período em questão ocorre, segundo Watanabe (1978), um deslocamento nos objetivos para: “a utilidade do japonês no futuro”, “a educação para formar um cidadão do mundo” e “a compreensão da cultura”. Verifica-se que o ensino do japonês passa a ter uma finalidade instrumental e pragmática, principalmente porque a procura pela língua se estende aos brasileiros não-descendentes de japoneses. O ensino de japonês como LE, assim proposto, visa, assim, atender ao público descendente que não usa o japonês em família e aos não nikkeis que não têm conhecimento da língua.

Com exceção de algumas escolas que desde os anos 70 já ofereciam cursos de japonês como LE<sup>4</sup>, muitas escolas particulares e/ou administradas pelas comunidades locais continuam ainda apegadas à tradição de ensino, tanto em termos de metodologia quanto em seus objetivos (Anais do 2o. simpósio, 1981; e Anais do 4º. Simpósio, 1995).

#### **4. O público aprendiz de japonês**

O curso de japonês do Centro de Ensino de Línguas, da Unicamp é um dos cursos que visam ao ensino da língua como LE e tem como público alvo os universitários. Pelo fato de os nikkeis já terem algum conhecimento prévio da língua, realiza-se semestralmente um teste de classificação dos candidatos ao curso, ocasião em que eles manifestam seus interesses e motivações para estudar a língua (Doi et al., 2004).

Os depoimentos dos alunos<sup>5</sup> que já conhecem o japonês revelam que esses candidatos têm como objetivo “aperfeiçoar-se na língua”, tanto no seu aspecto comunicativo oral quanto na ampliação de vocabulários e aprendizagem de ideogramas.

São pessoas que, conscientes das diferenças de uso e das modalidades existentes na língua, querem adquirir a variante lingüística considerada de prestígio. Essa preocupação reflete também a situação de uso da língua no contexto brasileiro, a saber, geralmente restrita aos domínios de família e comunidades de japoneses, onde prevalece a variante coloquial.

Diante desse quadro, foi realizada, em 2004, uma pesquisa<sup>6</sup> conjunta nas três universidades paulistas (Unicamp, Unesp e Usp) com o objetivo de se fazer um mapeamento dos interesses e motivações dos alunos que freqüentam o curso de japonês. No que diz respeito aos alunos nikkeis da Unicamp, verificamos que 28,8% eram descendentes que tinham como interesse para aprimorar seu conhecimento do japonês. Consideramos esse índice significativo, tendo em vista que 54% desse público pertencem à terceira geração (sansei). Por outro lado, com base no fato de que o

conhecimento prévio da língua pelos descendentes pressupõe seu uso em alguma instância, recorremos aos dados de pesquisas realizadas pelo Centro Brasileiro de Língua Japonesa<sup>7</sup>, e pelo Programa COE – Século XXI – Universidade de Osaka<sup>8</sup>, a fim de confirmar essa suposição.

Conforme a pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisas do Centro Brasileiro de Língua Japonesa, em 2001, “Perfil dos estudantes de língua japonesa: levantamento sobre alunos adultos em Brasília, Curitiba e São Paulo”, 57,2% dos entrevistados têm contato com a língua na família, em contraste com 31,5% que não têm nenhum contato. Esse dado mostra como ainda é considerável o contato que os descendentes têm com a língua no contexto familiar.

Os dados da tabela 1 abaixo, extraídos da “Pesquisa sobre a Vida Lingüística de Brasileiros Nikkeis” referem-se à questão no. 22 (Quando era criança, que língua usava em casa?) e no. 30 (Quando a família se reúne na hora do jantar, por exemplo, em que língua vocês conversam?), feitas a nisseis e sanseis.

**Tabela 1. As línguas utilizadas na comunicação em família**

(% = % dos entrevistados)

	Nissei		Sansei	
	Quando criança (%)	Atualmente (%)	Quando criança (%)	Atualmente (%)
Só japonês	53,0	13,3	14,3	1,8
Fala mais japonês	19,3	21,7	5,4	12,5
Japonês e português	13,3	25,3	32,1	19,6
Fala mais o português	8,4	19,3	30,4	26,8
Só português	6,0	18,1	14,3	39,3

(Dados da Pesquisa: COE/Osaka, 2004)

Esses dados podem não retratar a realidade do comportamento lingüístico dos nikkeis do Brasil como um todo, porque foram coletados em comunidades em que há ainda uma grande concentração de famílias japonesas, no Estado de São Paulo, mas consideramos que podem dar um indicativo do uso da língua que ainda acontece em algumas comunidades. Os números permitem visualizar uma mudança no comportamento lingüístico das duas gerações quanto ao uso do português e do japonês. Para o presente trabalho, concentramos a atenção nos itens que envolvem o japonês (‘só japonês’, ‘fala mais japonês’, e ‘japonês e português’) porque nos interessa verificar o uso da língua pelos descendentes e, conseqüentemente, o contato que eles têm com a língua no domínio familiar. Verificamos que há um decréscimo considerável no uso da língua japonesa (‘só japonês’) em ambas as gerações, quando se comparam os dados de dois momentos (quando criança e atualmente). Contudo, a porcentagem relativa aos itens ‘fala mais japonês’ e ‘japonês e português’ atualmente, que totaliza 47% (contra 32,6% de quando criança) nos nisseis, pode indicar que a língua ainda é utilizada por

uma grande parcela dessa geração, mesmo que misturada com o português. Considerando os mesmos itens, em referência aos sanseis, verificamos que, embora haja uma variação diferente da que se observa nos nisseis, há ainda o uso da língua no cotidiano familiar - 32,1% atualmente (em oposição a 37,5% de quando criança). Entendemos que, mesmo considerando a especificidade das comunidades pesquisadas, esse fato é significativo pois nos mostra a presença do japonês como LH entre os descendentes de imigrantes.

Embora os dados apresentados se refiram apenas ao uso da língua pelos descendentes, e ao interesse dos alunos de um curso de japonês como LE, consideramos que, não obstante a proposta apresentada nos Simpósios (1978, 1981, 1989 e 1995), sobre o ensino de japonês como LE, que pode refletir a situação e os problemas que o ensino da língua enfrentava na época, existe ainda um contingente de público aprendiz para o qual o japonês constitui uma LH.

## **5. Considerações finais**

Dentro da história do ensino do japonês no Brasil, a língua japonesa, como língua de imigração, teve um papel de mediadora na educação dos descendentes. A língua foi um meio, primeiramente, para formar os filhos como japoneses, e depois, para transmitir a cultura e os valores japoneses aos descendentes. Em finais dos anos setenta (Anais do 1º. Simpósio, 1978), o ensino do japonês passa a ser proposto como LE, em decorrência da mudança no perfil dos descendentes, que já não apresentavam competência na língua. Nessa proposta, o alvo do ensino seria o ensino do japonês como língua e não mais como um meio para atingir outros objetivos.

No entanto, no curso de japonês em que se visa o ensino da língua como LE, verificamos casos de aprendizes com conhecimentos da língua e que procuram o curso com o objetivo de se aperfeiçoarem na língua. Embora haja necessidade de definir esse objetivo com maior precisão, sabemos que o ensino da língua como LE, sobretudo nos estágios iniciais ou básicos desse ensino, nem sempre atende às expectativas desses alunos. Assim, considerando que ocorre ainda um uso da língua, embora nos domínios restritos à família e às comunidades de imigrantes (cf. dados da pesquisa sobre as comunidades nikkeis do Brasil, 2004, e da pesquisa sobre o perfil dos estudantes, 2001), entendemos que o ensino de japonês como LH ainda se justifica no contexto brasileiro. Há, no entanto, a necessidade de reflexão e reavaliação desse ensino, em termos de procedimentos metodológicos e de conteúdos. Essa reflexão deve ser ancorada em pesquisas mais abrangentes com aprendizes falantes de japonês como LH.

### **Notas.**

1. Para Moriwaki, o período atual se refere aos anos compreendidos entre 1980 e 1998, data da publicação do artigo, mas consideramos que esse período continua até o presente.
2. Há ainda um outro contingente de pais que, com a decisão de permanecerem no Brasil, partem para o abandono total do ensino de japonês para os filhos.
3. A língua japonesa utilizada na família e nas comunidades japonesas no Brasil apresenta uma característica própria resultante da fusão de vários dialetos do japonês e dos empréstimos do português. A essa língua caracterizada como japonês



- do Brasil, comumente denominada de Koronia-go, seus falantes atribuem um status de menor prestígio em relação ao japonês falado no Japão.
4. É o caso do curso de japonês da Aliança Cultural Brasil-Japão.
  5. Alguns desses candidatos acabam não sendo atendidos pelo curso porque sua competência na língua é superior aos níveis oferecidos.
  6. Centro de Ensino de Línguas - Unicamp “Pesquisa conjunta nas três universidades paulistas, Unicamp, Unesp e Usp”. Campinas. 2004.
  7. Centro Brasileiro de Língua Japonesa - Departamento de Pesquisas, “Perfil dos estudantes de língua japonesa: levantamento sobre alunos adultos em Brasília, Curitiba e São Paulo”, São Paulo. 2001
  8. Programa COE – Século XXI – Universidade de Osaka. Pesquisa sobre a vida lingüística de brasileiros nikkeis. 2004.
  9. Essa pesquisa constitui a primeira fase do projeto “Pesquisa sobre as Línguas Faladas nas Comunidades Nikkei do Brasil”, Programa COE – Século XXI – Universidade de Osaka), realizada nas comunidades nikkei de Ipelândia (Suzano, SP) e de Aliança (Mirandópolis, SP).

### **Referências bibliográficas**

- Aliança Cultural Brasil-Japão. *Anais do 1º. Simpósio de Língua Japonesa: Medidas para o futuro*. São Paulo, 1978.
- Aliança Cultural Brasil-Japão. *Anais do 2º. Simpósio de Língua Japonesa O Caminho para a Transmissão*. São Paulo, 1981
- ANDO, Z. Nipongo Kyôiku no Rinen (Princípios sobre o Ensino de Japonês). In Federação das Escolas de Ensino de Japonês no Brasil (org.) *Ikusanga – Zempaku Nichigo Kyôikushi* (História do Ensino de Japonês no Brasil). São Paulo, 1966
- Centro de Estudos da Língua Japonesa. *Anais do 3º. Simpósio de Língua Japonesa: A Língua Japonesa no Mundo*. São Paulo, 1989.
- Centro de Estudos da Língua Japonesa. *Anais do 4º. Simpósio de Língua Japonesa : A Perspectiva da Língua Japonesa no século XXI*. São Paulo, 1995.
- DOI, E.T. Da Língua da Imigração para a Língua Estrangeira: O Caso do Japonês no Brasil. *Anais do Inpla*, PUC-SP, 2002
- DOI, E.T, Suzuki, M.E., e Takasu, F. Reflexões sobre o ensino da língua japonesa em contexto universitário. *Anais do XV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. UFRJ, 2004
- EDWARDS, J. *Language, Society and Identity*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- Federação das Escolas de Ensino de Japonês no Brasil (org.) *Ikusanga – Zempaku Nichigo Kyôikushi* (História do Ensino de Japonês no Brasil). São Paulo, 1966.
- HAMERS, J.F. and Blanc, M.H.A *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000 (2ª edição).
- HANDA, Tomoo. *Imin no Seikatsu no Rekishi* (História da Vida dos Imigrantes). São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1970.

\_\_\_\_\_. O destino da língua japonesa no Brasil. Saito, Hiroshi e Maeyama, Takashi (org.). *Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973 .

MORIWAKI, R. Konseikino Burajiruno Nihongo Kyôiku (O Ensino de Japonês do Brasil neste Século). In *Anais do 4º Simpósio de Língua Japonesa: A Perspectiva da Língua Japonesa no século XXI*, São Paulo: Centro de Estudos da Língua Japonesa, 1996

\_\_\_\_\_. Nihongo Kyôiku Rinen no Hensen (A mudança nos princípios de ensino de japonês). In n.2, São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1998.

NAKAJIMA, N. JHL no wakugumito kadai – JSL/JFL to dou chigauka (O âmbito da JHL: Qual a diferença com o JSL/JFL?). Seminário sobre o ensino da língua materna, ‘heritage language’ e o bilingüismo. Tokyo: Universidade Obirin, 2003.

Programa COE – Século XXI – Universidade de Osaka. “Pesquisa sobre as Línguas Faladas nas Comunidades Nikkei do Brasil (Pesquisa sobre a vida lingüística de brasileiros nikkeis)”. *Memoirs of the Graduate School of Letters*. Vol. XLIV-II. Osaka (Japão): Osaka University, 2004.

SAITO, H. e T.Maeyama (orgs.). *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. São Paulo: Ed. Vozes/EDUSP, 1973.

SASAKI, M. Ensino de Japonês para Descendentes na Era da Multiplicidade de Escolha da Língua. *Anais do XI Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, I Encontro de Estudos Japoneses*. Brasília, UnB, 2000

SALAWDEH, O.K. *Manutenção e mudança de língua: Um estudo da comunidade árabe em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1997.

TAKANO, Y. *Tensão diglôssica na aquisição de línguas: um estudo de bilíngües nipo-brasilienses*. Dissertação de Mestrado, UnB, 2002

WATANABE, T. Sobre o lugar da língua japonesa. Aliança Cultural Brasil-Japão. *Anais do 1º. Simpósio de Língua Japonesa: Medidas para o futuro*. São Paulo, 1978.